



Projeto Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR



**Relatório de ações indutoras à implementação e
aprimoramento do Programa CDR**

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação



cgEE

Projeto Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR

**Relatório de ações indutoras à implementação e
aprimoramento do Programa CDR**

Projeto Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR



Brasília, DF
dezembro, 2022

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Presidente

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Diretores

Ary Mergulhão Filho

Luiz Arnaldo Pereira da Cunha Junior

Relatório de ações indutoras à implementação e aprimoramento do Programa CDR.
Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2022.

19 p : il.

1. Desenvolvimento Regional. 2. Ações Indutoras. 3. Educação.
Título. II. CGEE.

*Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
SCN Quadra 2 Bloco A
Edifício Corporate Financial Center salas 1102/1103
70712-900 - Brasília, DF
Telefone: (61) 3424.9600
<http://www.cgEE.org.br>*

Esta publicação é parte integrante das atividades desenvolvidas no âmbito do 2º Contrato de Gestão CGEE – 11º Termo Aditivo/Projeto: Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR – 8.10.52.02.01.01/ Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)/2016.

Projeto Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR

Supervisão

Ary Mergulhão Filho

Coordenador

Arthur Oscar Guimarães

Equipe técnica do CGEE

Kilma Gonçalves Cezar

Sofia Cristina Adjuto Daher

Thiago Rodrigues Costa Silva

Hugo Vinícius Evangelista da Silva
(Analisa Administrativo)

SUMÁRIO

1	Resumo Executivo	7
2	Informações básicas do Projeto CDR.....	8
3	Introdução	10
4	Ações Indutoras	13
5	Observações Finais	16
6	Bibliografia	17

1 Resumo Executivo

O presente *Relatório de ações indutoras à implementação e aprimoramento do Programa CDR* (voltado para 2023) deve ser entendido como o complemento às informações presentes nos seguintes documentos:

PRODUTO 1: Relatório consolidado dos resultados obtidos – Projeto CDR; e

PRODUTO 2: Programa Centros de Desenvolvimento Regional – CDR.

A ideia básica das “ações indutoras à implementação e aprimoramento” do CDR é a identificação dos conceitos básicos e das atividades aqui apresentadas para a segunda fase do Programa, considerando-se a 1ª fase: 2017/2022; e a 2ª fase: 2023/2026.

Com a identificação das características e potenciais locais, o Programa CDR deverá delimitar cada ação indutora; contemplar a dinâmica de cada região; e priorizar os gastos governamentais.

Nesses termos, ao considerar as perspectivas do desenvolvimento local, das estratégias de intervenção regional e da importância fundamental da valorização do enfoque regional (regionalização), as seguintes ações indutoras para o Programa CDR se colocam como fundamentais nas dimensões macro e micro:

Caráter macro:

- (1) Regionalização no planejamento das ações públicas vinculadas ao CDR
- (2) Inserção da regionalização no planejamento governamental (municipal)
- (3) Regionalização como plataforma de integração das políticas públicas
- (4) Identificação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
- (5) Discussão de financiamento do CDR inclusive por Fundos Nacionais

Caráter micro

- (6) Revisão na metodologia de implantação dos novos CDR
- (7) Monitoramento da gestão das equipes locais dos CDR
- (8) Formação de carteiras de projetos vinculadas às cadeias produtivas
- (9) Seleção dos municípios pelo binômio renda x capacitação local de C&T
- (10) Acompanhamento do Programa por Comitê Técnico CGEE/MEC

Para o CGEE o Programa CDR deve ser entendido como uma construção social específica e, nesses termos, propõe que a segunda fase do programa (2023/2026) tenha sua continuidade a partir da constituição de um comitê formado por técnicos do CGEE e do MEC, para que o monitoramento do programa garanta que os projetos tenham vinculação efetiva às cadeias produtivas locais.

2 Informações básicas do Projeto CDR

Caracterização da Demanda

A demanda por esse projeto tem origem na Secretaria de Ensino Superior (Sesu) do MEC e visa estabelecer Centros de Desenvolvimento Regional principalmente em universidades e institutos federais como mecanismo de promoção da transferência do conhecimento acumulado pela pesquisa nacional para fins da sua apropriação no desenvolvimento local e regional. Essa iniciativa se baseou em experiências conduzidas pelo legislativo, em particular, pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados. Trata-se, portanto, de um **projeto com o objetivo de gerar subsídios para a formatação de um programa nacional no âmbito do MEC** que apoie a instalação de CDR em localidades selecionadas em todas as regiões do País, em estreita articulação com os ambientes político, acadêmico e empresarial, em prol do desenvolvimento econômico e social dessas regiões com base na apropriação do desenvolvimento tecnológico e da inovação.

Ementa do Projeto

Este projeto tem como objetivo subsidiar o Ministério da Educação (MEC) na constituição de centros de desenvolvimento regional nas universidades e institutos federais, capazes de articular atores relevantes e tomadores de decisão em prol do aumento da competitividade e sustentabilidade das estruturas sociais e econômicas regionais, da melhor apropriação social dos esforços de formação de recursos humanos e de resultados das atividades de pesquisa e desenvolvimento e da melhoria de qualidade de vida das respectivas populações. São nas Instituições de Ensino Superior (IES) que estão depositadas as frações mais expressivas do conhecimento científico e tecnológico, daí a concepção que as colocam como o ambiente propício para desencadear a geração de ideias e concepções para o desenvolvimento regional e local. O Projeto será desenvolvido a partir de um conjunto articulado de estudos, análises e proposições, que almejam: (i) propor a estrutura de um programa nacional, sugerindo as condições de sua implantação, as características básicas de operação e governança, dentre outros requisitos necessários; (ii) definir o escopo e forma de implementação dos projetos de cada universidade, incluindo a lista básica de ações passíveis de apoio; (iii) estabelecer as condições para que o conjunto de iniciativas afins que interessam ao programa sejam implementadas pelos governos nacional e estaduais ou mesmo por entes privados. Dentre as tarefas a executar relacionadas à estruturação do Programa encontram-se: (a) avaliar os pontos fortes a explorar das bases produtivas regionais; (b) analisar o quadro geral das competências de CTI disponíveis no território; (c) propor os recortes regionais de referência do programa; (d) levantar os projetos executados, em execução ou em carteira das agências de suporte à educação, ciência, tecnologia e inovação; e, por fim, (e) levantar experiências internacionais assemelhadas

e iniciativas que dialoguem com a proposta de programa. Com respeito à estruturação do desenho básico dos CDR, prevê-se a realização de tarefas voltadas à definição do *modus operandi* dos Centros de Desenvolvimento Regional (características e meios, métodos, técnicas e materiais e governança) e aos processos de seleção das prioridades de CT&I regionais e locais. Para esse fim, serão consolidadas as experiências-piloto e selecionados e implantados outros CDR no País considerando, inclusive, oportunidades para aprimorar as metodologias de implantação e operação dos CDR.

Estratégia de implementação

Discussão aprofundada do escopo do Projeto entre as equipes técnicas do CGEE e do MEC, com ênfase em aspectos metodológicos e de mobilização de competências individuais e institucionais existentes nas diversas regiões do País. Elaboração de Plano de Projeto utilizando padrão adotado para os projetos conduzidos pelo CGEE para fins de aprovação pela Direção do Centro e designação de diretor supervisor, coordenador do projeto e equipe técnica. Inserção de Estrutura Analítica de Projeto – EAP preliminar no Sistema Integrado utilizado para o planejamento e acompanhamento da programação do CGEE. Identificação, seleção e contratação de especialistas para atuar nas diversas etapas de execução do Projeto.

Critérios e/ou procedimentos de aceitabilidade e de avaliação da qualidade

Aderência dos resultados finais obtidos ao Plano de Projeto preparado.

Impactos estimados ou potenciais

Subsídios técnicos para a elaboração de um programa nacional, no âmbito do Ministério da Educação, que apoie a instalação de Centros de Desenvolvimento Regional em universidades, institutos federais ou instituições assemelhadas que promovam iniciativas voltadas ao desenvolvimento regional.

Possíveis beneficiários ou usuários

Instituições de ensino federais, estaduais e municipais, prefeituras locais e o ambiente empresarial nas regiões de influência dos CDR.

Forma de divulgação ou publicação dos resultados

Produção de relatórios para o MEC e para o MCTIC contendo os subsídios que permitam a elaboração do programa em âmbito nacional.

3 Introdução

A ideia central da definição de ações indutoras voltadas à implementação e aprimoramento do Programa CDR mantém relação direta com a experiência de implementação das experiências-piloto, que aqui denominaremos fase 1 (2017/2022) e, particularmente, com o que se pode esperar da fase 2 (2023/2026). O Programa deverá ter na definição de suas ações indutoras o marco orientador de medidas específicas, peculiares que cada nova região selecionada venha a demandar em razão de suas cadeias produtivas e vocações econômicas.

Entender as dinâmicas sociais, econômicas, culturais e ambientais das diferentes localidades do país, garantindo direitos e oferecendo oportunidades à população têm exigido dos governos federal e estadual, novas ações e novas concepções no campo das políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento regional sustentável¹.

A urgência da redução das desigualdades regionais, da valorização da diversidade natural e da busca da sustentabilidade, retrata, à luz das políticas públicas, em específico as voltadas para o desenvolvimento regional, que o Estado se depara com um desafio de subordinar a busca do desenvolvimento do País a um viés não mais economicista na planificação deste desenvolvimento.

Em outras palavras, busca-se garantir um desenvolvimento socioeconômico inclusivo e ambientalmente equilibrado a partir da compreensão das singularidades e peculiaridades das diferentes localidades do país, bem como se utilizar de mecanismos de planejamento de políticas públicas sob uma perspectiva mais coerente com a complexidade da contemporaneidade.

Segundo Sachs (2007) no campo da evolução das sociedades contemporâneas, foi evidenciada a limitação de uma concepção economicista, tecnocrata e autoritária como norteadora das estratégias de planejamento. Diante do contexto de interdependências e crises de escopo global, danos socioambientais, carência de indicadores fidedignos e discussões acerca de novos processos civilizatórios, é evidente, assegura o autor, as limitações constitutivas inerentes à visão racional e instrumental da teoria do planejamento.

Essa visão encontra eco nas transformações que marcam o novo século, as quais algumas com características já consideradas hegemônicas, como a: (i) globalização dos fluxos comerciais, produtivos, informacionais e financeiros; (ii) reestruturação de empresas e dos mercados financeiros; (iii) expansão de novas tecnologias de informação e de comunicação; (iv) transformação digital; e (v) interdependência das economias em escala global. Essas transformações

¹ Para Ignacy Sachs (2007) o ideário para o desenvolvimento regional sustentável passaria por superar as práticas usuais de planificação do desenvolvimento de forma a contemplar o complexo jogo de retroalimentações, limites e oportunidades nos diferentes espaços territoriais do país.

introduziram uma nova forma de relação entre economia, Estado e sociedade vigente no mundo contemporâneo (Castells, 1999).

Tal entendimento sinaliza entre outros aspectos **uma perspectiva espacial diferente**, na qual verifica-se o processo integrador e fragmentador do espaço, no qual os agentes globais tratam os lugares como meras plataformas de operações uma vez que suas corporações se expandem para regiões fora de seus núcleos geopolíticos e econômicos, e ao mesmo tempo defendem a disseminação mundial de padrões locais de comportamento como benefícios para a sociedade.

Essa perspectiva gera um efeito contraditório na organização espacial, pois por um lado tem-se a unificação e a padronização dos mercados e produtos, e por outro permite-se a interação dos valores globais com os locais a partir da diversificação das economias, culturas e dos mercados locais, promovendo assim **uma articulação entre o local e o global**. Valorizando-se, portanto, recortes espaciais como possíveis vetores de crescimento com desenvolvimento. (Chesnais, Ianni, 1996). Desta forma, percebe-se haver uma relação direta entre o processo de globalização e o desenvolvimento regional, pois o fato de a diversificação das economias e dos mercados locais promoverem a interação dos valores globais com os locais, e conseqüente retroalimentação entre eles, suscita o entendimento de que as influências globais ora recebidas por diferentes sociedades, sob uma base cultural local, podem criar um novo padrão cultural local mediante o fluxo de cultura global, ou seja, uma reconcentração regional da economia.

Há uma sintonia entre o processo de reconcentração regional da economia e as perspectivas do desenvolvimento local, uma vez este consiste num processo endógeno capaz de transformar bases econômicas e a organização social, em **pequenas unidades territoriais**, mediante mobilização da sociedade na exploração de suas capacidades e potencialidades específicas, bem como representa uma forma de integração econômica com o contexto regional e nacional e intensifica a geração de oportunidades dos mercados locais impulsionando o desenvolvimento regional (Buarque e Bezerra, 1994).

Ao discutir os aspectos vinculados aos problemas para se “lidar com o desenvolvimento endógeno no Brasil” (BACELAR, 2007, p. 229), a autora indica que no nosso país “há locais muito ricos e modernos e outros muito pouco dotados de patrimônio produtivo, de infra-estrutura econômica, de bases produtoras de conhecimento etc.” (idem). Nesse sentido a temática do planejamento regionalizado assume posição relevante em discussões acerca da busca do desenvolvimento de forma mais equilibrado. Considerando que cada lugar/região é portador de dinâmicas próprias, e que tais dinâmicas interagem com o movimento da globalização, uma vez que resultam de processo histórico diferenciado e de uma construção social específica, faz com que haja interação entre o específico e o

homogêneo ou ainda, entre o locus da diversidade e o da homogeneidade, no planejamento regional².

Neste contexto, e considerando que tanto o planejamento setorial quanto o regional deveriam orientar a formulação das ações e programas do Governo Federal, torna-se imperioso considerar o processo de regionalização no planejamento das ações públicas, ou seja, contemplar a dinâmica de cada região, de forma a concentrar investimentos produtivos e serviços públicos de acordo com as necessidades específicas de cada lugar, a partir do planejamento de políticas públicas.

O planejamento regional seria a forma de o Estado referenciar espacialmente suas políticas públicas. Trata-se de um planejamento a partir de regiões considerando as identidades locais, as quais seriam possuidores de mesmos costumes, valores, símbolos, história, cultura, gastronomia, e ainda de características socioeconômica, institucional e ambiental similares, o que possivelmente contribui para a visão espacial coesa e facilita o processo de escolha das ações prioritárias do Estado, na busca do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Ao se inserir a regionalização no planejamento governamental, as vantagens comparativas das regiões passam a ter relação direta com a capacidade dos atores e da sociedade local de se estruturarem e se mobilizarem, usando como base a sua diversidade e sua matriz cultural uma vez que, cada lugar/região é portador de dinâmicas próprias, e tais dinâmicas interagem com o movimento da globalização, uma vez que resultam de processo histórico diferenciado e de uma construção social específica (Bacelar, 2000). Além disso, os lugares passam a ser concebidos como atores políticos importantes, uma vez que assumem a centralidade das ações de intervenções nas dimensões econômica e social (Borja e Castells, 1996).

Alguns exemplos nacionais durante o período 2004-2010³ incorporaram a estruturação de novas ações de planejamento para além da visão setorial, inserindo a regionalização como plataforma de integração das políticas públicas e como delimitação da ação e priorização dos gastos governamentais.

² Entrevista com Tânia Bacelar, julho/2008, Revista DESAFIOS do Desenvolvimento–IPEA, pp.8-4.

³ Ministério da Integração Nacional, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional utilizou os recortes macrorregiões, mesorregiões, microrregiões, região do semiárido nordestino e áreas de fronteira para elaboração de suas políticas, planos e programas; o Ministério do Desenvolvimento Agrário utilizou os recortes espaciais - territórios rurais e territórios da cidadania para planejar suas ações; o Ministério do Meio Ambiente utilizou como espaço geográfico as bacias hidrográficas para elaboração de políticas; o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão utilizou as escalas, subnacional (macrorregiões) e sub-regional (sub-regiões) para o planejamento territorial.

4 Ações Indutoras

Um primeiro aspecto central no debate das ações indutoras objetivando o aprimoramento do Programa CDR é a divisão do que aqui se propõe entre aquelas ações de caráter macro e aquelas de caráter micro. As duas dimensões deverão somar-se para alcançar o objetivo de implementação do Programa nacionalmente, na forma de novos CDR e de aprimoramento dos 6 experiências-piloto.

Não há como desconsiderar no debate das ações indutoras tanto o planejamento setorial quanto o regional, ambos devendo orientar a formulação das ações e programas do Governo, a partir:

- I. das perspectivas do desenvolvimento local;
- II. das estratégias de intervenção regional;
- III. da valorização do enfoque regional; e
- IV. do CDR como uma construção social específica.

Relacionar a sistemática da regionalização com a importância da imbricação entre as diferentes políticas de desenvolvimento regional do país (saúde convergindo com a educação e as duas com a ambiental; saúde, educação e ambiental convergindo com a econômica; e assim por diante) reflete na importância da cooperação federativa para o alcance do desenvolvimento regional sustentável.

Ao discutir ações específicas nessa área, é fundamental considerar a assertividade de tais ações. Nesses termos, a afirmação de GALVÃO (2000) auxilia na compreensão desse aspecto, ao indicar que a maior efetividade das políticas públicas está associada à priorização do planejamento regional em relação ao setorial. Estratégias de desenvolvimento considerando a dimensão espacial tendem a lograr **assertividade nos resultados**. Trata-se de estabelecer um diálogo entre Geografia e Economia, segundo o autor.

A definição de recortes regionais possuidores de uniformidade social, econômica, institucional e ambiental tem sido considerada, pelos formuladores de políticas, como detentora de maior efetividade para as políticas de desenvolvimento regional (SANTOS, 1994).

Seguindo nessa linha de raciocínio, entende-se que para a indução do desenvolvimento local seria interessante ter como linha orientadora os seguintes **eixos setoriais de intervenção**:

- i)* desenvolvimento produtivo;
- ii)* educação e qualificação profissional;
- iii)* infraestruturas econômica e urbana;

- iv) acesso a serviços públicos essenciais;
- v) desenvolvimento social; e
- vi) fortalecimento das capacidades governativas.

E como **estratégias de ação** poder-se-ia seguir o seguinte caminho:

- i) impulsionar a articulação setorial das ações;
- ii) envolver a participação social;
- iii) potencializar a cooperação dos entes federativos;
- iv) criar centros de inteligência voltados para elaboração e acompanhamento de projetos estruturantes;
- v) criar sistemas de informações visando monitoramento e avaliação da dinâmica local;
- vi) estruturar modelo de planejamento integrado com planos de ação local contemplando metas e carteiras locais;
- vii) propiciar a aderência dos instrumentos de financiamento aos objetivos do planejamento integrado e plano de ação; e
- viii) estimular o empreendedorismo, o cooperativismo e a inclusão produtiva, a partir do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais integrando-os a sistemas regionais, nacionais e/ou globais.

A ideia básica de que o comportamento local da produção e seus determinantes impactam o desenvolvimento regional é defendida por DINIZ (1994). Esses impactos devem constar das diretrizes para o planejamento nacional. Agropecuária, fronteira mineral e o papel da infraestrutura para o desenvolvimento sustentável devem ser analisadas sob a ótica da distribuição regional.

Com a identificação das características e potenciais locais, o Programa deverá:

- i) delimitar cada ação indutora;
- ii) contemplar a dinâmica de cada região; e
- iii) priorizar os gastos governamentais.

Tais considerações relacionadas à dinâmica regional são, na verdade, o *link* para se pensar as ações indutoras do Programa CDR (ver *box* abaixo).

Caráter macro

Regionalização no planejamento das ações públicas vinculadas ao CDR

Inserção da regionalização no planejamento governamental (municipal)

Regionalização como plataforma de integração das políticas públicas

Identificação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Discussão de financiamento do CDR inclusive por Fundos Nacionais

Caráter micro

Revisão na metodologia de implantação dos novos CDR

Monitoramento da gestão das equipes locais dos CDR

Formação de carteiras de projetos vinculadas às cadeias produtivas

Seleção dos municípios pelo binômio renda x capacitação local de C&T

Acompanhamento do Programa CDR por comitê técnico CGEE / MEC

Pelo exposto, não há que falar em ações indutoras definitivas e únicas, mas um pequeno leque de amplo alcance, ou em outras palavras, macro e micro ações indutoras, que permitirão ações *ex-ante*, *durante* (*monitoramento*) e *ex-post*, de maneira a garantir – com atividades de Acompanhamento e Avaliação (A&A) – que a fase 2 do Programa CDR tenha na constituição de indicadores e na avaliação as suas principais ferramentas de gestão.

5 Observações Finais

Para maior efetividade das ações aqui propostas é importante considerar a regionalização como uma questão sistêmica, entendendo-a como o *lócus* da implementação das ações e dos investimentos públicos, bem como o *lócus* da articulação, da atuação e da cooperação entre os atores e setores sociais, empresariais, políticos, econômicos, culturais e ambientais, que deverá ser assumido no âmbito do Projeto CDR como um pressuposto.

Considerando esse pressuposto e acrescentando o cenário de alto grau de desigualdade social do País, é importante que as iniciativas de planejamento e ação sejam redirecionadas para a valorização do enfoque regional. Esse entendimento encontra reforço em Tânia Bacelar (2008) quando assegura que as desigualdades sociais são resultantes da dinâmica assimétrica do crescimento econômico o qual se concentra em algumas localidades e destina outras à estagnação, e devem ser tratadas por meio de estratégias de intervenção regional, como políticas ancoradas na regionalização (Bacelar, 2008).

Como mencionado, o Programa CDR deverá ter nas ações indutoras o marco orientador de medidas específicas para cada nova região selecionada para implementação dos Centros de Desenvolvimento Regional, a partir das demandas de suas cadeias produtivas e vocações econômicas.

Nesses termos, o CDR deverá somar-se a um conjunto de ações indutoras do desenvolvimento regional, que deve ser visto como um processo endógeno impulsionado por programas e investimentos articulados entre a União e entes federativos, assim como pela interação de atividades educacionais, sociais, políticas, ambientais e econômicas de forma a estimular as cadeias produtivas, criar zonas de processamento, impulsionar sistemas produtivos e induzir o desenvolvimento local.

6 Bibliografia

- AFFONSO, Rui e SILVA, Pedro Luiz Barros - Organizadores (1995) “*Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.*” FUNDAP/Editora UNESP: São Paulo
- ARAÚJO , Tânia Bacelar “*Nordeste, Nordestes, Que Nordeste?* “ (1995) In : AFFONSO, R.B; SILVA , P.L.B, org.. “*Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*” (Federalismo no Brasil). FUNDAP / Ed. UNESP : São Paulo p. 125 – 56
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.* São Paulo: Annablume e Hucitec, 1995 (3ª. Edição: 2002)
- BUARQUE, Sergio et alii (1995) “*Integração Fragmentada e Crescimento da Fronteira Norte*” In “*Desigualdades Regionais e Desenvolvimento.*” FUNDAP/ Ed. UNESP: SP.
- CANO Wilson. (1985) “ *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1830-1970.* Ed. Global/ Ed. UNICAMP : São Paulo
- CAMPOLINA DINIZ, Clelio (org). “ *Políticas de desenvolvimento regional : desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia*”. Brasília, Editora UNB 2007
- CAMPOLINA DINIZ , Clélio (1994) “*A Dinâmica Regional Recente da economia Brasileira e suas Perspectivas* “ IPEA : Brasília
- CAMPOLINA DINIZ Clélio, e CROCCO, Marco Aurélio (1966) “*Restruturação econômica e impacto regional : o novo mapa da indústria brasileira*” In Revista Nova Economia/ UFMG , v.6 n. 1 jul./96 : Belo Horizonte
- COSTA, José Marcelino Monteiro (1990) , “*Lineamentos de uma política espacial de desenvolvimento para a Amazônia*”, SUDAM- OEA, Manaus
- DINIZ, Clélio Campolina (1994). *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas.* Brasília, IPEA.
- GALVÃO, A. C. F. Federalismo Estado-Nação e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. (Org.) *Desenvolvimento local-regional: respostas regionais aos desafios da globalização* (vol. 2). Santa Cruz do Sul: Ed. UNISC, p. 281-308, 2000.

- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1989) “*Introdução à formação econômica do Nordeste*”, Recife: Ed. Massangana
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1995) “*Desigualdades Regionais e Federalismo*”. In AFFONSO. R.B. e SILVA, P.L.B. org. “*Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*” FUNDAP /Ed.UNESP : São Paulo .p. 13-59
- GUIMARÃES NETO, Leonardo (1996) “*Dinâmica Regional Brasileira*”, IPEA: Brasília (relatório de pesquisa)
- HELMSING, A.H.J. “*Teorías de desarrollo industrial regional y políticas de segunda y tercera generación*”. In Revista EURE, Santiago do Chile, nº 75. Set.1999.
- MAIA GOMES, Gustavo (1993) “*Políticas de Desenvolvimento Regional no Mundo Contemporâneo*”, CNI: Rio de Janeiro.
- MARKUSEN et alii (1986) “*High Tech América the What, How, Where and Why of the Sunrise Industries*, Boston, Allen & Unwin.
- MOSELEY, Malcom “*Planejamento Regional na União Européia E Reino Unido*” IN *Planejamento Regional em Tempos de Globalização*, Recife: SUDENE, 1999.
- OMAN, C. (1994) “*Globalização/regionalização : o desafio para os países em desenvolvimento*. In Revista Brasileira de Comércio Exterior, n. 39, abr./jun.
- PACHECO. Carlos Américo (1998) “*Fragmentação da Nação* ” UNICAMP/IE : Campinas, São Paulo
- SACHS, Ignacy. *Stratégies de l'Éco-développement*, Paris: Les Éditions Ouvrières, 1980
- SAHA, SURANJIT “Planejamento Regional no Contexto da Globalização “IN *Planejamento Regional em Tempos de Globalização*, Recife: SUDENE, 1999
- SEPÚLVEDA, Sergio. *Desarrollo sostenible microregional. Métodos para planificación local*. San José, Costa Rica: IICA, 2002.
- VEIGA, José Eli da. “Territórios para um desenvolvimento sustentável”, *Ciência e Cultura*, ano 58, nº 1, Janeiro-Março 2006.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis, *O Brasil e a economia do conhecimento*, João Paulo dos Reis Velloso, coordenador; Fernando Henrique Cardoso... [et al.]. - Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- AGNEW. J. *From the political economy of regional to regional political economy*. Progress. In: *Human Geography*, 24, 2000. p. 101-10.

BEZZI, M. L. Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

CORRÊA, R. L. *Trajelórias geográficas*. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

_____. *Região e organização espacial*. 6ª. Edição. São Paulo: Ática, 1998 (Série princípios).

_____. Espaço: um conceito-chave na geografia. CASTRO, I. E. ; GOMES, P. C. C. ; CORRÊA, R. L. Geografia: conceitos e temas. 8ª. Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 15-48.

FRÉMONT, A. *A região como espaço vivido*. Portugal: Livraria Coimbra, 1980.

HAESBAERT, R. *Região, diversidade territorial e globalização*. In: Geographia. Ano I, nº. 1. 1999. p. 15-39. (Revista Eletrônica). Disponível em <www.uff.br/etc> acesso em: 5 de abril de 2008.

_____. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SANTOS. M. *Técnica, espaço e tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.